



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Ehlert Maia, João Marcelo

História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do
pensamento social brasileiro

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 24, núm. 1, enero-marzo, 2017, pp. 111-128

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386150412007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro

*The history of sociology as
a field of research and some
recent trends in Brazilian
social thought*

João Marcelo Ehlert Maia

Professor, Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
Praia de Botafogo, 190, 14º andar
22250-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
joao.maia@fgv.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2015.

Aprovado para publicação em novembro de 2015.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000100003>

MAIA, João Marcelo Ehlert. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017, p.111-128.

Resumo

O artigo estabelece as bases para um diálogo entre os estudiosos do pensamento social brasileiro e os historiadores da sociologia como disciplina. Para atingir esse objetivo, analiso os desenvolvimentos recentes no campo da história da sociologia, destacando a incorporação de métodos historiográficos e a emergência de uma abordagem transnacional, que aponta para o projeto de uma história global da disciplina. Critico os limites eurocêntricos desse campo e argumento que as tendências recentes de pesquisa na área do pensamento social brasileiro podem ajudar a superar tal limitação. Finalmente, analiso brevemente os obstáculos que impedem tal diálogo e aponto possíveis estratégias para superá-los.

Palavras-chave: história da sociologia; pensamento social brasileiro; história global; eurocentrismo.

Abstract

The article lays the foundation for a dialog between scholars of Brazilian social thought and historians of sociology as a discipline. In order to achieve this objective, I analyze recent developments in the field of the history of sociology, highlighting the incorporation of historiographic methods and the emergence of a transnational approach, which points toward a global history of the discipline. I criticize the Eurocentric limits of this field and argue that recent research trends in the area of Brazilian social thought can help overcome this limitation. Finally, I briefly analyze the obstacles that impede this dialog and indicate possible strategies for overcoming them.

Keywords: history of sociology; Brazilian social thought; global history; Eurocentrism.

Nunca o campo de pesquisas dedicado ao chamado pensamento social brasileiro desfrutou de tanto prestígio intelectual e acadêmico. Na Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), que é o principal fórum das ciências sociais brasileiras, dois grupos de pesquisa diferentes convivem, e, ainda assim, a quantidade de resumos rejeitados é muito alta. Nos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o grupo sobre pensamento social também costuma receber uma infinidade de propostas a cada dois anos, e as mesas-redondas reunindo estudiosos da área são sempre concorridas. Editoras prestigiadas como Companhia das Letras e Editora 34 publicam com regularidade obras que derivam da agenda de pesquisas construída no campo, como biografias de intelectuais e políticos (Carvalho, 2002; Alonso, 2007) e estudos sobre intérpretes do Brasil (Botelho, Schwarcz, 2009). Além disso, surgiram diferentes eventos acadêmicos destinados a organizar o debate teórico-metodológico na área, tais como o Ateliê do Pensamento Social, iniciativa do Laboratório de Pensamento Social do Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo, e o Seminário sobre Pensamento Social em Instituições de Pesquisa no Rio de Janeiro, iniciativa conjunta de vários departamentos do Rio de Janeiro, pioneiramente organizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Finalmente, num movimento que indica a maturidade de uma área científica, os próprios pesquisadores têm se dedicado a publicar textos importantes que procuram estabelecer um balanço das pesquisas feitas e dos principais marcos institucionais (Maia, 2009; Schwarcz, Botelho, 2011; Lynch, 2013).

Por outro lado, no mundo das ciências sociais internacionais, a investigação sobre a história das ideias e do pensamento também logrou enorme institucionalização, e no âmbito da International Sociological Association (ISA) ocorre um florescimento de estudos empíricos e teóricos sobre a história da sociologia. Em meio a pesquisas inovadoras sobre a história da metodologia (Platt, 1996) e os mecanismos de produção e de consagração do cânone disciplinar (Connell, 1997; Baehr, 2002), percebe-se um esforço crescente de construir uma verdadeira história global da sociologia, com destaque para a dimensão transnacional da disciplina (Heilbron, Guilhot, Jeanpierre, 2008; Schrecker, 2010a; Fleck, 2011).

Contudo, a despeito de o campo do pensamento brasileiro ser uma das mais prolíficas áreas de pesquisa nas ciências sociais brasileiras, ele pouco dialoga com o universo de investigações sobre a história da sociologia. É claro que há razões estruturais que explicam boa parte do problema e que são bem conhecidas pelos estudiosos da ciência: a baixa circulação internacional da ciência social produzida no Brasil, os impactos desiguais do sistema internacional de publicação internacional, o eurocentrismo de tal sistema (Keim, 2010; Ginbras, Mosbah-Natason, 2010) e a própria hegemonia da língua inglesa (Ortiz, 2006), esta última razão decisiva para práticas científicas que dependem de modelos qualitativos de argumentação. A despeito disso, é possível estabelecer terrenos comuns para interlocução, que pode e deve ocorrer em mão dupla. O objetivo deste artigo, portanto, é sugerir um caminho para essa interlocução. Para tanto, proponho relacionar os estudos mais recentes sobre a dimensão transnacional da história da sociologia a algumas pesquisas no campo do pensamento social brasileiro que permitem pensar as relações entre contextos intelectuais periféricos e circuitos hegemônicos. Minha hipótese é que essas pesquisas oferecem boa possibilidade de interlocução, já que as abordagens tidas como transnacionais ainda são

muito eurocêntricas e há necessidade de mais estudos sobre circulação das ciências sociais fora do Atlântico Norte.

Na primeira seção do texto, apresento estudos no campo da história da sociologia que questionam a ênfase excessiva nas tradições nacionais e propõem abordagens transnacionais ou globais. Além disso, enfatizo as limitações produzidas pelo eurocentrismo que ainda marcam a área e discuto algumas contribuições que procuram superar esse problema. Na segunda seção, analiso algumas tendências analíticas mais recentes nos estudos sobre pensamento social brasileiro, apontando como podem contribuir para suprir lacunas no conhecimento sobre a história global da sociologia e para questionar alguns pilares fundamentais das narrativas mais estabelecidas. Aponto também como praticantes de pensamento social brasileiro podem se beneficiar enormemente caso dialoguem com mais intensidade com a produção internacional. Finalmente, concluo discutindo os problemas que prejudicam o tipo de diálogo proposto aqui e sugiro algumas estratégias para lidar com eles.

A história da sociologia: em busca de uma verdadeira abordagem global

A sociologia sempre se preocupou em narrar a sua própria história, tarefa tida como intrínseca a um campo de conhecimento que tem muita dificuldade de se organizar em torno de um paradigma único. O constante retorno aos clássicos, portanto, traduziria um procedimento metodológico que reduziria a complexidade inerente à disciplina e forneceria um horizonte conceitual comum (Alexander, 1988). Como se sabe, essa característica da ciência sociológica tem seus críticos, que a atribuem a uma falta de sistematização científica (Freitas, Figueiredo, 2009).

Pode-se dizer que o campo dedicado ao estudo sistemático da história da sociologia só fez crescer nas últimas quatro décadas, momento em que a história da sociologia emergiu como um campo com estatura própria, capaz de produzir estudos que desafiavam as narrativas mais simples e ingênuas, que geralmente se estruturavam em torno de perspectivas ditas “presentistas”. O “presentismo” pode ser entendido como a construção de uma história da disciplina a partir das disputas e batalhas contemporâneas, para as quais a escolha de predecessores brilhantes seria importante ferramenta de ação. É certo que, ao menos no campo da antropologia, o desenvolvimento de uma história disciplinar menos ingênuo era anterior às discussões na sociologia, posto que o trabalho de George Stocking Jr. (1968) já estabelecera os termos da crítica ao “presentismo”. Mas, no caso da história da sociologia, as marcas desse período de questionamento são trabalhos clássicos como o de Terry Clark (1973), que desvendou o empreendedorismo intelectual de Émile Durkheim e seus discípulos, responsáveis pela institucionalização da chamada escola francesa, e o de John Peel (1971) sobre Herbert Spencer, modelo de biografia intelectual acurada. Esses trabalhos surgiram num momento que a história da ciência, de modo geral, passava por poderosa revolução, balizada pela obra de Thomas Kuhn (1962) e pelos desdobramentos das análises sociológicas avançadas desenvolvidas por David Bloor (1976), que contribuíram para popularizar a convicção de que quaisquer descobertas científicas, mesmo as avaliadas como “corretas” ou “verdadeiras”, poderiam ser interpretadas à luz de condicionamentos institucionais, políticos e materiais de modo geral.

Mais recentemente, surgiram trabalhos que, por meio da análise de casos empíricos selecionados, focaram em temas como a história da metodologia da sociologia (Platt, 1996), o processo de formação do seu cânone (Lamont, 1987; Baehr, 2002; Camic, 1992; McLaughlin, 1998) e a circulação de manuais e livros-textos (Pereyra, 2008). Dentre esses desdobramentos, destaco a mudança na dimensão espacial das pesquisas, que rapidamente se moveram de enquadramentos nacionais para abordagens que se dizem transnacionais ou globais. Quais são, porém, os marcos analíticos dessas abordagens, suas potencialidades e seus limites?

Em primeiro lugar, importante ressaltar que a ênfase na dimensão transnacional e/ou internacional de fenômenos históricos está longe de ser novidade. Parte significativa da tradição da sociologia histórica produzida no século XX fazia largo uso de comparações entre casos nacionais para pensar o desenvolvimento do capitalismo em perspectiva global, como nas obras clássicas de Barrington Moore Jr. (1966) e Reinhard Bendix (1977). Nas décadas de 1950 e 1960, historiadores e economistas inovadores reescreveram a teoria econômica ao adotar abordagens histórico-comparativas para a análise das causas da industrialização (Gerschenkron, 1962) e para o desvendamento do fenômeno do subdesenvolvimento, como se evidencia na obra clássica de Celso Furtado (1959). Nesses dois casos, em especial, nota-se um grande interesse pela natureza histórica e relativa das teorias e das ideias, embora o foco tanto de Furtado como de Gerschenkron estivesse voltado menos para a história do pensamento econômico *per se* que para o próprio processo de desenvolvimento em suas variantes.¹ Além disso, nesse período, a história da sociologia não havia ainda sido institucionalizada como um campo próprio, e a maioria dos autores acima, embora interessada na disseminação de ideias globalmente, não tinha como objeto a sociologia como disciplina.

Além disso, o prestígio de abordagens etnográficas contextualistas aliou-se à especialização da ciência para deslegitimar o enfoque em macroprocessos estruturais. Finalmente, é importante frisar que os estudos com foco nas tradições intelectuais ou na construção da tradição sociológica usualmente adotavam como marco analítico as histórias nacionais ou os contextos intelectuais delimitados pelos Estados-nações, como nos casos exemplares dos trabalhos de Donald Levine (1997) e Wolf Lepenies (1996). Todos esses fatores contribuíram para reforçar o nacionalismo metodológico no campo da história da sociologia.

A preocupação com a importância dos casos nacionais é atestada pelo trabalho canônico de Pierre Bourdieu (2002) sobre a circulação internacional das ideias, em que o sociólogo francês argumenta que conceitos e teorias seriam profundamente dependentes dos seus contextos locais de origem, em especial por conta da imbricação entre realidades institucionais e universos linguísticos. Segundo Bourdieu, a circulação de obras e de conceitos inevitavelmente envolveria uma tradução/traição, processo cuja dinâmica seria dada pelos respectivos campos intelectuais nacionais – o de partida e o de chegada dos conceitos.

Os trabalhos mais recentes que têm apontado para uma abordagem transnacional procuram lidar com essas limitações do nacionalismo metodológico, tratando problemas como a circulação e recepção de ideias por meio de marcos analíticos não restritos aos campos intelectuais nacionais. Como forma de iluminar as potencialidades e os limites dessa discussão, nesta seção exploro as abordagens contidas no texto de Heilbron, Guilhot e Jeanpierre (2008) e na coletânea organizada por Cherry Schrecker (2010a), exemplos mais recentes dessa perspectiva. A escolha dos textos justifica-se tanto pela dimensão programática deles como

pela própria circulação de seus autores nos fóruns institucionais nos quais tais abordagens vêm sendo discutidas. Em seguida, evidencio as limitações produzidas pelo eurocentrismo e analiso contribuições mais recentes que indicam caminhos para sua superação.

Heilbron, Guilhot e Jeanpierre (2008) inicialmente argumentam que, a despeito de as ciências sociais terem se organizado no âmbito dos Estados-nações, os historiadores contemporâneos naturalizariam muito facilmente essa inscrição, o que os impediria de ver as conexões que cruzam os Estados e produzem a circulação de pessoas, ideias e recursos financeiros e institucionais. A partir dessa hipótese, os autores destacam três variáveis fundamentais para a construção de uma história transnacional da sociologia: (a) a formação de instituições disciplinares internacionais; (b) as migrações e os deslocamentos de intelectuais e cientistas; (c) as trocas internacionais entre instituições não disciplinares, como fundações, organizações não governamentais ou agências culturais mais amplas.

Ao utilizar essas variáveis para ilustrar alguns casos empíricos, os autores destacam a forma como a sociologia, após a Segunda Guerra Mundial, teria progressivamente se tornado uma ciência global, por intermédio da formação de associações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a ISA e da exportação de modelos teóricos de grande prestígio no hemisfério Norte, como a sociologia da modernização. Heilbron, Guilhot e Jeanpierre (2008) também sustentam que esse processo teria sido acompanhado por uma crescente tensão entre esses modelos mais abstratos e gerais e o enraizamento linguístico e cultural que marcava boa parte da imaginação sociológica de então.

No caso dos deslocamentos de cientistas e intelectuais, os autores ressaltam que essas migrações podem ser voluntárias ou forçadas, como no caso da migração de pensadores alemães para os EUA após a ascensão do nazismo, que esteve na raiz do desenvolvimento da New School for Social Research, em Nova York.

Finalmente, agências e fundações também teriam contribuído para a formação global da sociologia, ao financiar doutorados e convênios de cooperação entre países centrais e periféricos, possibilitando a formação de recursos humanos em diferentes países e o compartilhamento de vocabulários comuns. Esses mecanismos de cooperação, como ressaltam os autores, invariavelmente implicavam um processo de disseminação centro-periferia.

Uma perspectiva similar à desenvolvida no texto acima pode ser vista na coletânea organizada pela socióloga Cherry Schrecker (2010a). O objetivo dessa obra é a análise do que se intitula “viagens transatlânticas” de ideias e conceitos, que usualmente são mais difíceis de ser acompanhadas ou rastreadas que a circulação de pessoas. O foco geográfico principal está nas conexões estabelecidas entre contextos europeus e o cenário norte-americano, em geral pensados como portadores de tradições sociológicas peculiares e idiossincráticas.

Na introdução do texto, Schrecker (2010b) aponta para o modo como pensamos as tradições nacionais, usualmente tidas como formando um universo à parte, ao qual seria sobreposto o “internacional”. No dizer da autora, “não será feita aqui nenhuma tentativa sistemática de separar características nacionais de internacionais” (p.3).² Schrecker (2010c) aplica esse procedimento em estudo sobre o conceito de “comunidade”, que, segundo ela, teria se desenvolvido de forma similar em diferentes contextos, no momento em que Ferdinand Tönnies (1957) cunhava sua famosa definição do conceito. Schrecker (2010c) argumenta que, nos EUA, autores como Charles Cooley estariam operando com pares ou

dicotomias similares, por meio de conceitos como *primary groups*, o que indica a necessidade de estudar a emergência simultânea de conceitos similares em locais culturalmente diversos. Os contextos nacionais, é claro, continuam a ser relevantes, pois são eles que explicam, em última instância, as traduções efetuadas na versão alemã do conceito de “comunidade alemão”, quando mobilizado na sociologia norte-americana.

As abordagens acima apresentadas têm o mérito de permitir aos pesquisadores a análise de fluxos internacionais que podem explicar processos de institucionalização e criação intelectual que se pensava ser puramente endógenos. Além disso, oferecem outra visão da dimensão internacional, não mais vista como uma simples externalidade que forneceria um mero contexto geral para as dinâmicas que se supunham internas. Nessas novas análises, processos ocorridos em determinados países são pensados como fatores numa dinâmica extranacional mais ampla. Porém, essas potencialidades esbarram no peso excessivo concedido aos fluxos do hemisfério Norte.

No caso do texto de Heilbron, Guilhot e Jeanpierre (2008), há o reconhecimento de assimetrias entre centros e periferias na circulação de instituições, ideias e intelectuais, mas, em geral, atribui-se aos centros hegemônicos a origem de iniciativas que depois seriam exportadas ou disseminadas para o resto do mundo. É por isso, por exemplo, que os autores destacam o envio de especialistas da Europa e dos EUA para universidades e centros de pesquisa no hemisfério Sul como exemplo da dinâmica de migração intelectual após a Segunda Guerra Mundial. Embora esse fenômeno seja real, reiterando as assimetrias entre centro e periferia, é possível localizar trocas e fluxos ocorridos entre centros regionais no próprio hemisfério Sul ou mesmo a circulação de teorias e conceitos que surgem em espaços latino-americanos e terminam afetando a produção tida como hegemônica, como se pôde verificar no caso clássico da teoria da dependência.

A coletânea de Schrecker (2010a), por sua vez, oferece ótimos estudos de caso sobre viagens transatlânticas de ideias e de conceitos, mas esses deslocamentos ocorrem, fundamentalmente, entre Europa e EUA. Não à toa, o próprio prefaciador da obra, David Chalcraft (2010, p.XX), argumenta que o livro aponta a urgente necessidade de mais pesquisas que tracem itinerários envolvendo outras regiões, não apenas a Europa e os EUA.

Essas limitações têm sido apontadas repetidamente por críticos do eurocentrismo das ciências sociais. No seu livro *Southern theory: the social sciences and the global dynamics of knowledge*, a australiana Raewyn Connell (2007) argumenta que boa parte da sociologia praticada globalmente consome teorias que são o resultado de trabalho científico realizado no hemisfério Norte. Isso se reflete em construções conceituais que derivam de dados empíricos restritos, ou de informações factuais enquadradas a partir de questões e problemas que refletem o viés desses pesquisadores. Como remédio para esse problema, o livro de Connell procura resgatar tradições sociológicas construídas em diferentes contextos do hemisfério Sul, com destaque para a centralidade de questões e conceitos que não necessariamente têm tratamento de relevo na sociologia hegemônica. É o caso das reflexões sobre terra, ancestralidade e colonialismo na África ou os trabalhos clássicos produzidos na América Latina sobre o problema da dependência econômica e intelectual.

Recentemente, alguns historiadores da sociologia têm procurado levar a sério as críticas ao eurocentrismo, em especial no caso da América Latina. O livro organizado por Fernanda Beigel

(2013a), nesse sentido, é exemplar. Seu objetivo é analisar a formação de espaços regionais de produção sociológica no continente que produziram trânsitos e trocas intelectuais no Cone Sul, em especial entre Brasil, Chile, Uruguai e Argentina entre as décadas de 1950 e 1970. A abordagem apresentada por Beigel (2013b) na introdução do volume reconhece a dependência como uma condição estrutural que regula as relações entre centro e periferias, mas afirma que tal condição não teria impedido a formação de espaços relativamente autônomos na América do Sul, nem mesmo a criação de centros regionais que promoveram circulação e mediação.

Beigel também compartilha com as abordagens tidas como transnacionais a concepção de que o “internacional” não é uma dimensão externa a ser contraposta aos fatores endógenos, mas sua abordagem avança em dois aspectos em relação aos textos de Heilbron, Guillhot e Jeanpierre (2008) e Schrecker (2010c): (a) reconhece a importância de espaços institucionais e tradições intelectuais na América do Sul para a história global da sociologia, afastando a ideia de que esses seriam apenas derivações de espaços institucionais do centro; (b) evidencia como havia circulação e troca institucional entre contextos distintos no hemisfério Sul, rompendo a visão de que o fluxo entre centro e periferia seria meramente unilateral.

É importante notar que tal debate no âmbito da história da sociologia tem sido tardio em relação aos debates mais amplos da história da ciência em geral, nos quais desde muito já se afirmou a limitação de abordagens tidas como difusionistas, que viam a inovação como um atributo de países centrais que se espalharia pelas ditas periferias (Lafuente, Catala, 1989; Barros da Silva, 2014). Note-se, aliás, que a historiografia da ciência já tem afetado o campo dos chamados *social and technology studies* (STS) numa dimensão internacional, por meio de críticas que vão ao encontro do que Fernanda Beigel tem apontado para o caso mais específico da história da sociologia.

No texto introdutório a uma coletânea recente sobre o tema (Medina, Marques, Holmes, 2014b), os autores procuram mostrar como a história da ciência latino-americana já na década de 1980 moveu-se de uma concepção eurocêntrica sobre a suposta dimensão puramente periférica da ciência praticada no continente para uma análise mais fina das especificidades locais e suas condições de inovação e criação. O acúmulo desses debates teria encorajado esses historiadores a investigar como contextos considerados “locais” seriam, na verdade, eles importantes na construção de práticas e discursos científicos numa escala bem mais ampla. Nas palavras dos autores (p.2-3): “Estes ensaios oferecem narrativas alternativas que deslocam a história de invenção e inovação para o Sul; estudam formas locais de uso e de inovação; analisam a circulação de ideias, pessoas e artefatos em redes locais e globais; e investigam a criação de tecnologias e formas de produção de conhecimento híbridas”.

Voltando ao campo da história da sociologia, Wiebke Keim (2014) recentemente incorporou tal debate dos historiadores da ciência latino-americanos a sua teoria geral sobre circulação de conhecimento na sociologia. Keim tem como alvo a teoria de Bourdieu, que reificaria os campos intelectuais nacionais como instâncias fundamentais na tradução/traição de conceitos em trânsito. Ela argumenta que uma teoria da circulação deve levar em conta as assimetrias entre centros e periferias, mas precisaria reconhecer as diversas modalidades envolvidas na utilização de textos ou ideias em contextos distintos daqueles de origem. Na perspectiva de Keim, nem toda circulação internacional implica uma recepção que apaga

o contexto originário, como afirmava Bourdieu, já que é possível notar casos em que o conhecimento em si é coconstruído a partir dessa migração, implicando um papel ativo por parte de cientistas tidos como periféricos.

A própria recepção feita em contextos periféricos pode implicar diferentes modalidades, que variam da simples aceitação passiva e do uso retórico até mesmo à negação de teorias ou à reinvenção crítica. Além disso, segundo Keim, as próprias práticas de recriação podem contribuir para alteração nas estruturas institucionais e materiais que regulam as comunidades intelectuais fora dos grandes centros hegemônicos, o que nos impediria de assumir os contextos nacionais como dados e previamente constituídos no momento da circulação.

Como se vê, o debate sobre a dimensão transnacional na história da sociologia vive um interessante momento. Por um lado, historiadores da disciplina situados no coração da tradição dos países centrais têm se valido dessa abordagem para superar as limitações do nacionalismo metodológico e das tradições nacionais, o que permite aos estudiosos visualizar fluxos institucionais e dinâmicas intelectuais que estão presentes desde sempre na própria construção dos sistemas científicos da sociologia. Por outro lado, algumas dessas abordagens ainda ignoram o papel desempenhado pelos circuitos tidos como periféricos, que, como se pôde verificar nas abordagens de Beigel e de Keim, não se limitam a receber ou importar teorias e conceitos. A melhor forma de equacionar essa tensão não é pela via do debate teórico puro, mas sim com a produção de mais estudos empíricos que comprovem como os espaços periféricos tiveram um relevante papel na construção histórica das ciências sociais. Sustento que nesse desafio reside uma grande potencialidade para o campo do pensamento social brasileiro, como pretendo mostrar a seguir.

Pensamento social brasileiro: algumas tendências recentes

Em 1999, Lucia Lippi Oliveira (1999) publicou um levantamento sobre a área de pensamento social que figura até hoje como marco, por seu alcance e seu então ineditismo. No texto, Lucia destacava a regularidade do grupo de trabalho de pensamento social na Anpocs (GT27 – Pensamento Social no Brasil), a circulação de diferentes pesquisadores pelo seu espaço e a densidade de temas analisados. Desde então, o campo só cresceu e vem demonstrando uma boa capacidade para autorreprodução, com um grande número de teses, dissertações e livros sendo lançados.

Nessa vastidão de obras, concentro-me em trabalhos que considero possuir grande potencial de diálogo com o debate traçado na seção anterior, em que procurei equacionar uma abordagem transnacional da história da sociologia, uma crítica ao eurocentrismo e uma consequente busca por estudos focados na circulação institucional e intelectual em contextos periféricos. No caso brasileiro, é possível localizar diferentes tradições de pesquisa que seguem caminho similar, mas destaco trabalhos que contribuem para a reconstrução da própria história global da disciplina. Para ampliar o escopo da análise, combino trabalhos exemplares no campo, que lograram grande circulação e recepção, e estudos mais recentes.

No primeiro caso estão os estudos sobre história das ciências da saúde desenvolvidos na Casa de Oswaldo Cruz (COC). Esses estudos se integraram ao esforço latino-americano sintetizado recentemente por Medina, Marques e Holmes (2014a), mas tiveram características

próprias. Uma dessas características foi a preocupação em analisar as práticas científicas no Brasil sem recorrer ao critério da institucionalização universitária como marcador de origem (Kropf, Hochman, 2011). Esse critério era largamente utilizado para narrar a história da ciência no país, como se pode depreender tanto em trabalhos de Simon Schwartzman como nos estudos sobre a história das ciências sociais consagrados em textos de Florestan Fernandes. Tal institucionalismo foi pioneiramente criticado por Wanderley Guilherme dos Santos (1978) em texto clássico sobre o pensamento social brasileiro, no qual apontava as limitações desse método, que terminava por opor a ciência social institucionalizada a outras formas de reflexão ignorando a qualidade dos argumentos e suas dimensões mais propriamente cognitivas.

Um exemplo de abordagem alternativa desenvolvida no âmbito da COC é o trabalho de Nísia Lima (1999) sobre as representações geográficas da identidade nacional produzidas por cientistas e intelectuais brasileiros na Primeira República (1889-1930). Lima analisa nessa obra diferentes contextos nos quais as teorias e os discursos sobre os sertões foram enunciados como forma de pensar a construção do país, exercendo grande influência na própria ciência social institucionalizada, inclusive no caso da sociologia uspiana. O livro evidencia, por exemplo, de que modo as formulações de Euclides da Cunha sobre a realidade sertaneja foram recepcionadas pelo próprio Florestan Fernandes, tido por muitos como um cientista social em completa ruptura com a tradição ensaística.

O trabalho de Lima também realça a forma criativa pela qual cientistas e pensadores numa sociedade periférica como a brasileira se valeram de argumentos geográficos desenvolvidos em outras paragens, contribuindo para ampliar o estoque de imagens espaciais em circulação nas primeiras décadas do século XX. Essa conexão entre um saber geográfico sobre os espaços não urbanos e a imaginação sociológica mais ampla mostrou-se extremamente rica no Brasil e em alguns outros contextos (Maia, 2008), mas não é necessariamente um tema analisado no campo da história da sociologia, em que tais saberes passaram por forte processo de especialização disciplinar.

Ainda nos âmbitos dos trabalhos desenvolvidos na COC, deve-se ressaltar a tese de doutoramento de Marco Chor Maio (1997) sobre o Projeto Unesco. Em 1950, a organização aprovou a realização de um projeto sobre relações raciais e as causas que explicariam a persistência ou superação do preconceito e do racismo. O Brasil foi escolhido como laboratório de pesquisa, e diversos cientistas sociais brasileiros realizaram investigações entre 1951 e 1952 no âmbito de tal iniciativa. Como mostra Maio, os resultados revelaram as particularidades do preconceito racial em diferentes regiões do Brasil, tendo contribuído, também, para a própria construção institucional das ciências sociais brasileiras. Na conclusão de seu trabalho, o autor analisa como essa iniciativa transnacional, embora não desprovida de tensões e conflitos internos, teve impacto nas carreiras e trajetórias de sociólogos tão diversos como Florestan Fernandes, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Thales de Azevedo, entre outros. Finalmente, a tese de Maio contribuiu para desfazer um mito recorrente em torno do Projeto Unesco, ao demonstrar que os resultados das pesquisas não teriam frustrado a organização, como até então se imaginava. Na verdade, os trabalhos serviram para testar diferentes hipóteses sobre obstáculos para a superação da questão racial.

Com relação ao debate mais amplo traçado na seção anterior, os trabalhos realizados por Lima (1999) e Maio (1997) abrem importantes possibilidades de diálogo. As conexões entre

ciência social e raça, por exemplo, têm sido exploradas numa dimensão mais transnacional em textos que destacam a importância da questão racial na sociologia de Weber (Zimmerman, 2013) e o impacto do colonialismo na escola francesa (Kurasawa, 2013) – ambos são parte de um esforço recente de repensar a história da sociologia à luz do problema da formação de impérios modernos (Steinmetz, 2013). Porém, esse campo ainda se ressentir de um maior conhecimento sobre as relações entre ciências sociais e racismo em contextos não europeus – relações essas que vêm sendo exploradas pelos pesquisadores de pensamento brasileiro, como Lima e Maio.

Além disso, trabalhos desse tipo mostram como a inscrição periférica do Brasil no sistema global não implicou necessariamente uma recepção passiva de teorias e conceitos tidos como externos. A tese de Lima (1999) mostra como teorias geográficas que tinham determinado significado na Europa ganham nuance e novos sentidos no caso brasileiro, e Maio (1997) demonstrou como as ciências sociais nacionais dialogaram de forma criativa com a Unesco, pois as pesquisas realizadas ganharam certa autonomia em relação aos propósitos originais, o que afastou a ideia de que a circulação transnacional inevitavelmente seria marcada por uma dinâmica centro-periferia pensada de modo unilateral. Ambos possibilitam novas pesquisas nas quais a articulação entre local e global seja pensada em termos da circulação de conhecimento em suas múltiplas formas, em especial no caso de sociedades periféricas.

Outras possibilidades de interlocução com as abordagens transnacionais encontram-se em trabalhos mais recentes no campo do pensamento social que têm procurado apontar as formas pelas quais sociólogos brasileiros teriam conseguido estabelecer laços com a sociologia global que não replicariam a simples exportação unilateral de teorias e conceitos dos centros para as periferias.

Penso inicialmente que o trabalho de André Botelho (2007) sobre as sequências da sociologia política brasileira é também bom exemplo de como a interlocução sugerida pode se dar. Ao mostrar como a questão agrária esteve na raiz do pensamento de autores como Oliveira Vianna e Maria Sylvia de Carvalho Franco, Botelho demonstrou que a moderna reflexão brasileira sobre as relações entre política e sociedade, esferas pública e privada, passa necessariamente pelo mundo rural. Tal centralidade da questão agrária, na verdade, era compartilhada por outros sociólogos latino-americanos, evidenciando como uma compreensão mais adequada da história da sociologia rural não se pode limitar a uma recuperação dos estudos camponeses feitos na Europa Ocidental e na Europa Central. É possível dizer que o trabalho de Botelho pode contribuir para uma discussão mais ampliada da sociologia política em geral, que tem na articulação entre formas sociais e formas de Estado um de seus problemas centrais na agenda. Boa parte da grande sociologia política, de cunho histórico-processual, construía suas generalizações a partir da análise de casos clássicos na periferia do capitalismo, mas é raro que esse próprio pensamento periférico seja mobilizado como forma de descobrir novas categorias cognitivas e hipóteses de médio alcance.

Ainda no caso dos estudos sobre tradições sociológicas autônomas, destaco o livro de Antônio Brasil Junior (2013) sobre a sociologia da modernização e sua crítica na América Latina, com ênfase na produção de Florestan Fernandes e Gino Germani. Nessa obra, Brasil Junior inicialmente aponta como se deu a construção das teorias norte-americanas sobre desenvolvimento no pós-Segunda Guerra Mundial. Em seguida, analisa como dois

importantes sociólogos do continente lograram recepcionar essas teorias e reconstruí-las a partir de pesquisas empíricas sobre seus contextos locais. Nesse processo, cambiaram-se os sentidos de “modernização” e “desenvolvimento”, evidenciando um ponto importante descrito por Keim (2014), e que se refere à multiplicidade de formas de recriação, da qual a recepção é apenas o primeiro passo. Pode-se complementar o argumento de Brasil Junior apontando o potencial que sua obra tem para ajudar os historiadores da disciplina e entender mais adequadamente como os circuitos intelectuais do hemisfério Sul tiveram papel importante na criação intelectual geral.

Um terceiro exemplo está no meu trabalho (Maia, 2014) sobre Guerreiro Ramos. Ao analisar a construção teórica desse sociólogo brasileiro, localizei-o ao lado de outros cientistas sociais periféricos nas décadas de 1950 e 1960 que também procuraram pensar o problema da recepção da teoria central em contextos periféricos. Argumentei que boa parte dos conceitos desenvolvidos por Ramos deve ser entendida não apenas a partir do desdobramento de linhagens intelectuais internas ao pensamento brasileiro, mas como parte da circulação de autores e ideias sobre descolonização e Terceiro Mundo. Finalmente, sustentei que os trabalhos que se dedicam a contar a história da sociologia no pós-Segunda Guerra Mundial deveriam incorporar essa linguagem sociológica, que se pautava pela ideia de “autonomia intelectual” e que teria conhecido notável circulação na América do Sul e na Ásia.

Esses três exemplos de trabalhos mais recentes no campo do pensamento social no Brasil dialogam diretamente com um tema fundamental do debate construído na seção anterior, e que se relaciona à necessidade de se analisarem os processos de criação intelectual em contextos tidos como periféricos. Esse tema é destacado tanto por Beigel, a partir de seu estudo empírico sobre a América Latina, como também por Wiebke Keim, a partir de sua teorização analítica sobre os mecanismos diversos que regulam a circulação internacional de conhecimento.

Como se pode verificar, diferentes estudos no campo do pensamento brasileiro podem contribuir para alargar o escopo analítico da história da sociologia, ainda fortemente marcado por uma concentração nas histórias ocorridas no hemisfério Norte. Porém, para que tal movimento de fertilização intelectual se complete não bastaria apenas que os trabalhos feitos no Brasil fossem traduzidos para o inglês (embora isso seja urgente e desejável, dada a qualidade da produção e a necessidade de incrementar a circulação internacional da ciência praticada no Brasil), mas seria importante uma abertura analítica do próprio campo. A despeito de seus avanços, a sua agenda ainda permanece relativamente autorreferida, fato natural em uma comunidade intelectual grande, distribuída em diferentes instituições, programas de pós-graduação e revistas. Além disso, o campo do pensamento social tem peculiaridades metodológicas que o distinguem da história da sociologia tal como praticada nos fóruns internacionais da disciplina. A seguir, procuro lidar com essas questões, sugerindo algumas formas de encaminhamento das mesmas.

Considerações finais

Compreendo que há três grandes questões que devem ser enfrentadas para que o diálogo acima proposto floresça, que serão brevemente tratadas a seguir: as assimetrias e desigualdades

estruturais entre os sistemas científicos; as singularidades metodológicas do campo do pensamento social no Brasil, em que o ensaísmo permanece como uma força poderosa na própria forma de construção analítica; e as relações entre pensamento social brasileiro e construção do Estado-nação.

No início do texto, elenquei diversos fatores associados às desigualdades e às assimetrias entre sistemas científicos (a hegemonia da língua inglesa nos fóruns científicos e revistas internacionais, a condição periférica da ciência social brasileira em termos de recursos financeiros, institucionais e simbólicos, entre outros). Porém, de forma a facilitar a exposição, considero apropriado sintetizar tais problemas em uma variável fundamental, que diz respeito à inscrição periférica da comunidade científica brasileira no processo em curso de internacionalização da ciência. Como se sabe, a despeito do notável crescimento de publicações e artigos em revistas indexadas internacionalmente (Grácio, Oliveira, 2014), permanece baixo o impacto da ciência aqui produzida, particularmente da sociologia e das ciências humanas em geral (Fiorin, 2007). Tal fato não decorre de supostas incapacidades dos pesquisadores brasileiros, mas sim de condições estruturais que reproduzem uma dinâmica centro-periferia muito resistente (Vessuri, 2003; Keim, 2008; Heilbron, 2014).

Com relação à hegemonia do inglês, tal questão afeta particularmente áreas como a história intelectual e a sociologia da cultura, por conta da natureza eminentemente qualitativa dos argumentos e da análise de dados. Junte-se a tal fato a própria dificuldade de traduzir os universos semântico e linguístico dos objetos analisados, que, em muitos casos, são escritores, cientistas, pensadores etc. Uma forma de superar tal obstáculo seria investir em redes de pesquisa transnacionais, o que reduziria os custos econômico e temporal envolvidos na definição de estratégias de publicação e traduções, além de favorecer intercâmbios mais regulares e que contribuiriam para efetiva produção coletiva de conhecimento (Costa, 1 ago. 2014). Os pesquisadores do campo de pensamento brasileiro, por exemplo, têm investido em estudos comparativos envolvendo os colegas sul-americanos, o que certamente contribui para ampliar a circulação do conhecimento produzido no Brasil e a formação de agendas cooperativas. É o caso do projeto coletivo sobre intelectuais na América Latina, envolvendo principalmente pesquisadores do Brasil e da Argentina (Myers, 2008; Miceli, Pontes, 2014). Tais projetos e alianças podem ser potencializados, pois permitem diluir o custo envolvido na circulação internacional, além de estimular redes menos hierárquicas, como costumam ser aquelas nas quais os centros hegemônicos da disciplina, em geral localizados no hemisfério Norte, definem as agendas, os termos e as condições de execução das parcerias. No caso das ciências sociais de modo geral, a Anpocs e a SBS têm estimulado a realização de fóruns dos Brics, o que permite também a formação de agendas de diálogo mais complexas e criativas. Todos esses esforços podem ser aproveitados pelos pesquisadores do campo do pensamento brasileiro como forma de avançar a circulação de conhecimento e permitir a formação de novas agendas a partir de diálogos menos desiguais.

No caso dos periódicos científicos, são conhecidos os custos desiguais que recaem sobre pesquisadores oriundos de comunidades intelectuais periféricas, que não dominam os códigos e as convenções linguísticas e culturais envolvidos na produção de artigos científicos (Canagarajah, 2002). Tais circunstâncias são usualmente tomadas como sinônimo de “boa ciência”, mas, em muitos casos, escondem protocolos e modos de comunicação que estão

longe de ser naturalmente partilhados por todos os atores do universo científico. Muitos editores já se deram conta de tal problema, e alguns periódicos vêm investindo na ampliação da rede de pareceristas e no estímulo direto para pesquisadores não falantes de língua inglesa (Martín, 2012).

A própria concepção de internacionalização em vigor afeta de maneira contraditória os cientistas brasileiros. Por um lado, há um incremento significativo de bolsas de pesquisa, financiamentos e demais incentivos para que os brasileiros possam formar redes internacionais, traduzir artigos, circular em eventos e fóruns científicos no exterior. O caso do programa “Ciência sem fronteiras” é exemplar dessa tendência e de seus efeitos positivos, embora não esteja aberto a alunos de graduação nas áreas sociais. Por outro lado, a internacionalização parece, em muitos casos, reforçar a dinâmica desigual anteriormente mencionada, ao estimular a ideia de que a sociologia produzida nos países periféricos é consumidora de teorias e conceitos originalmente criados nos países centrais, e que a cooperação passa fundamentalmente por um ajustamento passivo da ciência periférica (Connell, 2007; Keim, 2010). No caso do diálogo aqui proposto, é fundamental que o conhecimento produzido no campo do pensamento social brasileiro contribua não apenas para agendas de pesquisa internacionais, mas para o próprio questionamento delas. Trata-se, como procurei apontar, de evidenciar os limites dessas agendas, conectando o conhecimento aqui produzido a agendas e fóruns que vêm desde muito tempo buscando desafiar o enquadramento eurocêntrico de problemas, referências teóricas e sistemas de relevância científica (Alatas, 2006).

Uma segunda questão se relaciona às peculiaridades metodológicas. No Brasil, o ensaísmo como forma intelectual teve enorme influência no campo ocupado posteriormente pela sociologia acadêmica (Jackson, Blanco, 2014). Os estudiosos contemporâneos do pensamento social brasileiro conhecem bem essa forma intelectual, por se dedicar cotidianamente a analisar livros e textos escritos nesse estilo. Além disso, muitos desses estudiosos valorizam positivamente o ensaísmo, visto como uma memória viva de criativo momento da vida intelectual nacional e ferramenta poderosa contra os excessos e os desvios produzidos pela especialização da vida universitária. Isso se traduziu em estudos que não se limitam a historiar autores e correntes, mas também a pensar junto com eles, construindo teorizações novas e contemporâneas a partir do diálogo com os objetos de análise. Tal procedimento é visível em obras clássicas no campo, como nos estudos de Luiz Werneck Vianna (1997) sobre o iberismo, que influenciou uma grande geração de jovens pesquisadores.

Essa peculiaridade metodológica não é negativa, mas impõe problemas para a interlocução internacional. Afinal, como traduzir debates intrincados que procuram incidir sobre questões contemporâneas por meio de reflexões teóricas que não necessariamente são legíveis para leitores estrangeiros? Note-se que esse não é o caso de boa parte dos trabalhos feitos no âmbito do grupo de História da Sociologia da ISA, no qual a construção dos objetos é muito mais domesticada em função de interesses mais estritamente historiográficos. Junte-se a isso o fato de que as tradições culturais e intelectuais europeias são mais conhecidas pelos estudiosos brasileiros do que vice-versa, o que facilita a circulação dos estudos que analisei no início deste artigo.

Uma solução possível para tal questão implicaria propugnar pela consequente domesticação dos estudos no campo do pensamento brasileiro, que deveriam seguir as regras e os protocolos de comunicação científica comuns às ciências sociais anglo-saxãs. Essa solução não me parece adequada, pelas evidentes perdas de vitalidade intelectual e de conexão com o debate cultural brasileiro. A melhor forma de lidar com o tema é assumindo-o de forma explícita e elaborando reflexões cada vez mais finas sobre os nossos modos de fazer pensamento social. À medida que tais reflexões forem mais cotidianas em nossa área, o próprio incremento na reflexividade de nossos estudos vai facilitar o exercício de tradução analítica e cultural de muitos de nossos pressupostos ocultos e debates culturais. Além disso, o progressivo conhecimento de outras tradições intelectuais periféricas, nas quais se desenvolveram problemas e questões similares às que organizam nosso campo, pode ajudar o pensamento social brasileiro a se articular melhor em relação a debates para os quais pode muito contribuir (Maia, 2014). Finalmente, creio que um dos principais dilemas a serem enfrentados pelos pesquisadores do campo de pensamento social brasileiro refere-se ao estatuto político de seus objetos, profundamente imbricados com a própria construção do Estado-nação. O estudo do pensamento social no Brasil sempre tomou por base empírica um universo identificado com a questão nacional e seus principais construtores, como intelectuais, literatos, pensadores em geral. Isso provocou uma ênfase excessiva no tema da singularidade brasileira (Tavolaro, 2014), o que termina por arrefecer esforços comparativos mais amplos. Mas esse universo vem sendo questionado não apenas pela globalização (Ortiz, 2013), e sim pela própria democratização progressiva da sociedade brasileira, fenômeno que vem colocando em questão a legitimidade da elite de letrados que sempre “interpretou o Brasil”. Ressalto que tal condição nova não é ignorada pela área, que vem abrigando cada vez mais pesquisas sobre intelectuais, escritores e pensadores que falam sobre o país de um lugar radicalmente distinto do ocupado historicamente por tal elite (Medeiros da Silva, 2013).

Penso que uma alternativa a esse imbricamento entre história do pensamento social e construção do Estado pode se dar a partir do próprio enquadramento dos problemas que ocupam a nossa agenda. Apenas como exemplo, cito a discussão sobre a relação entre nacionalismo e sociologia, questão muito comum a todos os pesquisadores do pensamento sociológico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Tal marcação é fundamental nos estudos sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), sobre a filosofia de Vieira Pinto ou sobre a emergência do problema do desenvolvimento e suas conexões com a agenda modernizadora do Estado e de suas elites.

Porém, tal conexão estava longe de ser exclusividade nacional, e mobilizou uma vasta rede de intelectuais, obras, conceitos e instituições que transformou o Terceiro Mundo num celeiro de formulações heterodoxas. Esse cenário vem sendo tratado de forma exaustiva no trabalho do cientista social chileno Eduardo Devés-Valdés (2012), que tem mapeado a emergência de uma consciência periférica transnacional em diferentes países ao longo do século XX. A obra de Devés-Valdés é exemplar nesse sentido, porque nos faz perceber como questões tratadas como desenvolvimentos endógenos da tradição intelectual brasileira podem ganhar em inteligibilidade quando situadas à luz de redes transnacionais periféricas.

Não se trata, como se vê, de abandonar o problema do Estado-nação, mas sim de situá-lo numa perspectiva mais ampla, investigando, por exemplo, como certas formulações emergiram não a partir de uma dinâmica exclusivamente nacional, mas também de deslocamentos, diásporas, traduções de obras de referência e instituições que trabalhavam num âmbito continental. Creio que tal tendência recente pode, de fato, representar uma ampliação do universo de estudos sobre a produção intelectual e cultural para além dos temas mais comuns referentes ao problema da construção nacional.

NOTAS

¹ Note-se que, no seu clássico livro de 1962, Gerschenkron publicou um ensaio que poderia ser classificado como “história intelectual”, no qual se dedica a uma análise do pensamento econômico russo no século XIX.

² Nesta e nas demais citações de textos publicados em outros idiomas, a tradução é livre.

REFERÊNCIAS

ALATAS, Said Farid.
Alternative discourses in Asian social sciences: responses to Eurocentrism. New Delhi: Sage. 2006.

ALEXANDER, Jeffrey.
The centrality of the classics. In: Giddens, Anthony; Turner, Jonathan (Ed.). *Social theory today*. Stanford: Stanford University Press. p.11-57. 1988.

ALONSO, Angela.
Joaquim Nabuco: os salões e as ruas. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

BAEHR, Peter.
Founders, classics, canon: modern disputes over the origins and appraisal of sociology's heritage. New Jersey: Transaction. 2002.

BARROS DA SILVA, Márcia Regina.
História e historiografia das ciências latino-americanas: *Quipu*, v.7, n.1, p.47-57. 2014.

BEIGEL, Fernanda (Org.).
The politics of academic autonomy in Latin America. Farnham: Ashgate. 2013a.

BEIGEL, Fernanda.
Introduction: the politics of academic autonomy in Latin America. In: Beigel, Fernanda. *The politics of academic autonomy in Latin America*. Farnham: Ashgate. 2013b.

BENDIX, Reinhard.
Nation-building and citizenship: studies of our changing social order. Berkeley: University of California Press. 1977.

BLOOR, David.
Knowledge and social imagery. London: Routledge. 1976.

BOTELHO, André.
Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v.50, n.1, p.49-82. 2007.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília.
Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

BOURDIEU, Pierre.
Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la Recherche en Science Sociale*, v.145, n.1, p.3-8. 2002.

BRASIL JUNIOR, Antonio.
Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germain. São Paulo: Hucitec. 2013.

CAMIC, Charles.
Reputation and predecessor selection: Parsons and the institutionalists. *American Sociological Review*, n.57, v.4, p.421-445. 1992.

CANAGARAJAH, Suresh.
A geopolitics of academic writing. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 2002.

CARVALHO, José Murilo de (Org.).
Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34. 2002.

CHALCRAFT, David.
Preface. In: Schrecker, Cherry (Org.). *Transatlantic voyages and sociology: the migration and development of ideas*. London: Ashgate. p.XVII-XXI. 2010.

CLARK, Terry.
Prophets and patrons: the French university and the emergence of the social sciences. Cambridge: Harvard University Press. 1973.

CONNELL, Raewyn.

Southern theory: the social sciences and the global dynamics of knowledge. London: Polity. 2007.

CONNELL, Raewyn.

Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v.102, n.6, p.1511-1557. 1997.

COSTA, Sérgio.

Entrevista ao site Circuito Acadêmico.

Disponível em: <http://circuitoacademico.com.br/2014/08/01/assimetrias-e-dialogos-equitativos-nas-academias-centrais-e-perifericas-entrevista-com-o-professor-sergio-costa-parte-v/>. Acesso em:

3 fev. 2015. 1 ago. 2014.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo.

Pensamiento periférico: Asia-África-América Latina-Eurásia y algo más – uma tese interpretativa global. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados/ Universidad de Santiago de Chile. 2012.

FIORIN, José Luiz.

Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de ciências humanas e sociais em periódicos internacionais. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, v.4, n.8, p.263-281. 2007.

FLECK, Cristian.

A transatlantic history of the social sciences: Robber Barons, the Third Reich and the invention of empirical social research. New York: Bloomsbury Academic. 2011.

FREITAS, Renan Springer de; FIGUEIREDO, Adriana Maria de.

Por que esforços de síntese teórica são bem sucedidos no cenário biológico e malogrados no cenário sociológico? *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.16, n.3, p.729-745. 2009.

FURTADO, Celso.

Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1959.

GERSCHENKRON, Alexander.

Economic backwardness in historical perspective: a book of essays. Cambridge: Harvard University Press. 1962.

GINBRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sebastien.

Where are social sciences produced? Disponível em: <http://www.worldsocialscience.org/documents/where-are-the-social-sciences-produced.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015. 2010.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tanuri.

Indicadores cientométricos normalizados: um estudo na produção científica brasileira internacional (1996-2011). *Perspectiva em Ciência da Informação*, v.19, n.3, p.118-133. 2014.

HEILBRON, Johan.

The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v.62, n.5, p.685-703. 2014.

HEILBRON, Johan; GUILHOT, Nicolas;

JEANPIERRE, Laurent.

Toward a transnational history of the social sciences. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v.44, n.2, p.144-160. 2008.

JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro.

Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34. 2014.

KEIM, Wiebke.

Conceptualizing circulation of knowledge in the social sciences. In: Keim, Wiebke et al. (Org.). *Global knowledge production in the social sciences: made in circulation*. Farnham: Ashgate. 2014.

KEIM, Wiebke.

Pour une modèle centre-périphérie dans les sciences sociales: aspects problematiques des relations internationales en sciences sociales. *Revue des Anthropologies des Connaissances*, v.4, n.3, p.570-598. 2010.

KEIM, Wiebke.

Social sciences internationally: the problems of marginalization and its consequences for the discipline of sociology. *African Sociological Review*, v.12, n.2, p.22-48. 2008.

KROPF, Simone; HOCHMAN, Gilberto.

From the beginnings: debates on the history of science in Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v.91, n.3, p.391-408. 2011.

KUHN, Thomas.

The structure of scientific revolutions. Chicago: Chicago University Press. 1962.

KURASAWA, Fuyuki.

The Durkheimian school and colonialism: exploring the constitutive paradox. In: Steinmetz, George (Ed.). *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham: Duke University Press. p.188-212. 2013.

LAFUENTE, Antonio; CATALA, Jose Sala.

Ciencia colonial y roles profesionales en la America Espanola del siglo XVIII. *Quipu*, v.6, n.3, p.387-403. 1989.

LAMONT, Michèle.

How to become a dominant French philosopher: the case of Jacques Derrida. *American Journal of Sociology*, v.93, n.3, p.584-622. 1987.

LEPENIES, Wolf.

As três culturas. São Paulo: Edusp. 1996.

LEVINE, Donald.

Visões da tradição sociológica. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

- LIMA, Nísia Trindade.
Um sertão chamado Brasil: representações geográficas da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan. 1999.
- LYNCH, Christian E. Cyril.
Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v.56, n.4, p.727-767. 2013.
- MAIA, João Marcelo Ehlert.
History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. *Current Sociology*, v.62, n.7, p.1097-1115. 2014.
- MAIA, João Marcelo Ehlert.
Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, n.71, p.155-168. 2009.
- MAIA, João Marcelo Ehlert.
A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.
- MAIO, Marco Chor.
A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.
- MARTÍN, Eloísa.
Making sociology current through international publication: a collective task. *Current Sociology*, v.60, n.6, p.832-837.2012.
- MCLAUGHLIN, Neil.
How to become a forgotten intellectual: intellectual movements and the rise and fall of Erich Fromm. *Sociological Forum*, v.13, n.2, p.215-246. 1998.
- MEDEIROS DA SILVA, Mário Augusto.
A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). Rio de Janeiro: Aeroplano. 2013.
- MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina (Org.).
Beyond imported magic: essays on science, technology, and society in Latin America. Cambridge: The MIT Press. 2014a.
- MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina.
Introduction: beyond imported magic. In: Medina, Eden; Marques, Ivan da; Holmes, Christina (Org.). *Beyond imported magic: essays on science, technology, and society in Latin America*. Cambridge: The MIT Press. p.1-23. 2014b.
- MICELI, Sérgio; PONTES, Heloísa (Org.).
Cultura e sociedade: Brasil e Argentina. São Paulo: Edusp. 2014.
- MOORE JR., Barrington.
The social origins of dictatorship and democracy. Boston: Beacon Press. 1966.
- MYERS, Jorge (Ed.).
Historia de los intelectuales em América Latina, v.1: la ciudad letrada, de la conquista ao modernismo. Buenos Aires: Katz. 2008.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi.
Interpretações sobre o Brasil. In: Miceli, Sérgio. *O que ler na ciência social brasileira? 1970-1995*. São Paulo: Sumaré; Brasília: Capes. 1999.
- ORTIZ, Renato.
Imagens do Brasil. *Sociedade e Estado*, v.28, n.3, p.609-633. 2013.
- ORTIZ, Renato.
As ciências sociais e o inglês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.54, p.5-22. 2006.
- PEEL, John.
Herbert Spencer: the evolution of a sociologist. Oxford: Heinemann Educational. 1971.
- PEREYRA, Diego Ezequiel.
Sociological textbooks in Argentina and Mexico: 1940-1960. *Current Sociology*, v.56, n.2, p.267-287. 2008.
- PLATT, Jennifer.
A history of sociological research methods in America: 1920-1960. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades. 1978.
- SCHRECKER, Cherry (Ed.).
Transatlantic voyages and sociology: the migration and development of ideas. London: Ashgate. 2010a.
- SCHRECKER, Cherry.
Setting the scene: some preliminary remarks on migration and transfer. In: Schrecker, Cherry (Ed.). *Transatlantic voyages and sociology: the migration and development of ideas*. London: Ashgate. p.1-20. 2010b.
- SCHRECKER, Cherry.
Community and community studies: a return journey. In: Schrecker, Cherry (Ed.). *Transatlantic voyages and sociology: the migration and development of ideas*. London: Ashgate. p.113-128. 2010c.
- SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André.
Pensamento brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, n.82, p.11-16. 2011.

STEINMETZ, George (Ed.).
Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline. Durham: Duke University Press. 2013.

STOCKING JR., George.
Race, culture and evolution: essays in the history of anthropology. Chicago: University of Chicago Press. 1968.

TAVOLARO, Sérgio.
A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v.57, n.3, p.633-673. 2014.

TONNIES, Ferdinand.
Community and society. Michigan: Michigan State University Press. 1957.

VESSURI, Hebe.
Science, politics and democratic participation in policy-making: a Latin-American view. *Technology and Society*, v.25, n.2, p.263-273. 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge.
A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: Werneck Vianna, Luiz Jorge. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan. p.173-222. 1997.

ZIMMERMAN, Andrew.
German sociology and empire: from internal colonization to overseas colonization and back again. In: Steinmetz, George (Ed.). *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham: Duke University Press. p.166-187. 2013.

